

A EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE AFRODESCENDENTE

EDUCATION AN INSTRUMENT FOR ENHANCEMENT OF AFRODESCENDANT IDENTITY

LA EDUCACIÓN COMO INSTRUMENTO PARA EL FORTALECIMIENTO DE LA IDENTIDAD AFRODESCENDIENTE

Rosimeire Pires Ferreira¹

Débora Araújo Leal²

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo analisar de que forma as políticas públicas educacionais atuam como instrumentos de valorização da identidade afrodescendente no Brasil contemporâneo. Para tanto, foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo, baseada em revisão de literatura. O processo de análise permitiu identificar que as leis e diretrizes, representam avanços significativos na promoção da igualdade racial, ao introduzirem conteúdos e oportunidades voltados ao reconhecimento da cultura e da história da população negra. Contudo, os resultados também evidenciam limitações estruturais, como lacunas na formação docente, ausência de materiais pedagógicos adequados e fragilidades na efetiva implementação das medidas. Observou-se que tais políticas não apenas favorecem o acesso e a permanência de estudantes negros no sistema educacional, mas também contribuem para o fortalecimento da autoestima, do pertencimento e do protagonismo cultural. Conclui-se que, embora fundamentais, essas ações demandam maior compromisso político e pedagógico para se consolidarem como práticas transformadoras capazes de enfrentar o racismo estrutural e promover uma educação efetivamente antirracista.

3948

Palavras-chave: Políticas educacionais. Identidade afrodescendente. Diversidade étnico-racial.

ABSTRACT: This study aims to analyze how public education policies act as instruments for valuing Afro-descendant identity in contemporary Brazil. To this end, a qualitative, descriptive study was conducted, based on a literature review. The analysis revealed that laws and guidelines represent significant advances in promoting racial equality by introducing content and opportunities focused on recognizing the culture and history of the Black population. However, the results also highlight structural limitations, such as gaps in teacher training, a lack of adequate teaching materials, and weaknesses in the effective implementation of these measures. It was observed that such policies not only favor Black students' access to and retention in the educational system but also contribute to strengthening self-esteem, belonging, and cultural protagonism. The conclusion is that, although fundamental, these actions require greater political and pedagogical commitment to consolidate themselves as transformative practices capable of confronting structural racism and promoting an effectively anti-racist education.

Keywords: Educational policies. Afro-descendant identity. Ethnic-racial diversity.

¹Mestre em Ciência da Educação pela Christian College Of Educaler.

²Orientadora. Pós Doutora em Docência Universitária pela IUNIR-AR.

RESUMEN: Este estudio tiene como objetivo analizar cómo las políticas públicas de educación actúan como instrumentos para valorar la identidad afrodescendiente en el Brasil contemporáneo. Para ello, se realizó un estudio descriptivo cualitativo, basado en una revisión bibliográfica. El análisis reveló que las leyes y directrices representan avances significativos en la promoción de la igualdad racial al introducir contenidos y oportunidades centrados en el reconocimiento de la cultura y la historia de la población negra. Sin embargo, los resultados también destacan limitaciones estructurales, como las brechas en la formación docente, la falta de materiales didácticos adecuados y las debilidades en la implementación efectiva de estas medidas. Se observó que dichas políticas no solo favorecen el acceso y la permanencia del alumnado negro en el sistema educativo, sino que también contribuyen a fortalecer la autoestima, la pertenencia y el protagonismo cultural. La conclusión es que, aunque fundamentales, estas acciones requieren un mayor compromiso político y pedagógico para consolidarse como prácticas transformadoras capaces de afrontar el racismo estructural y promover una educación efectivamente antirracista.

Palabras clave: Políticas educativas. Identidad afrodescendiente. Diversidad étnico-racial.

INTRODUÇÃO

A identidade afrodescendente no Brasil tem sido historicamente marcada por processos de invisibilização, silenciamento e violência simbólica e institucional, decorrentes do legado da escravização, da colonização e do racismo estrutural (Almeida, 2019; Gomes, 2003). No âmbito educativo, tais processos manifestam-se em currículos eurocêntricos, ausência sistemática de conteúdos sobre história e cultura negras, bem como em práticas discriminatórias que limitam o reconhecimento e a valorização do ser negro (Munanga, 2005). Nesse sentido, as políticas públicas educacionais surgem como ferramentas essenciais para promover o direito de pertencimento (Barcellos; Souza, 2023), o reconhecimento étnico-racial e a afirmação da identidade cultural negra.

O contexto social permanece marcado por índices elevados de violência racial e de vulnerabilidade para a população negra. De acordo com o Atlas da Violência 2025, no Brasil, em 2023, foram registrados 45.747 homicídios, índice correspondente a 21,2 mortes por 100 mil habitantes. Dentre as vítimas, mais de 35 mil eram pessoas negras (pretas e pardas), representando cerca de 76% dos casos. Além disso, pessoas negras têm 2,7 vezes mais chances de ser vítimas de homicídio do que pessoas não negras no país. Essas estatísticas indicam que, embora haja redução geral nos homicídios, a desigualdade racial no risco letal persiste (Cerqueira *et al.*, 2025).

Em paralelo, experiências escolares e comunitárias revelam que a presença de conteúdos que afirmam a cultura africana, a autoidentificação étnica e espaços de diálogo sobre racismo pode fortalecer a autoestima, senso de pertencimento e o protagonismo cultural de estudantes

afrodescendentes. De acordo com Santos (2023), os egressos de cotas raciais percebem esse percurso não só como acesso, mas como espaço de reconhecimento identitário. Contudo, há lacunas significativas no que se refere à formação docente, à adequação curricular, ao financiamento e à articulação entre políticas locais, estaduais e federais (Gomes, 2003; Munanga, 2005).

Diante desse panorama, torna-se imprescindível analisar de modo integrado como as políticas educacionais afirmativas funcionam, não apenas como dispositivos legais, mas como instrumentos concretos de valorização da identidade afrodescendente, considerando os efeitos simbólicos, psicossociais e estruturais. A necessidade de compreender os modos pelos quais essas políticas influenciam práticas escolares, percepções de pertencimento e resistências culturais é essencial aos educadores, especialmente em contextos de violência racial, que denunciam a fragilidade da cidadania para corpos negros.

Tendo em vista esta temática, o presente artigo tem o objetivo de analisar as políticas públicas educacionais afirmativas como instrumentos do direito fundamental ao reconhecimento e à valorização da identidade afrodescendente no Brasil.

MÉTODOS

3950

A pesquisa foi realizada a partir do método de revisão de bibliográfica, com abordagem qualitativa e descritiva, de artigos científicos, livros, teses e dissertações. De acordo com Bastos (2007), este tipo de estudo é essencial, pois possibilita ao pesquisador, uma aproximação com o assunto investigado, de forma ampla, tendo acesso a saberes que poderão contribuir com o alcance de uma resposta para o problema da pesquisa.

A pesquisa qualitativa foca na compreensão dos significados atribuídos pelas pessoas às suas experiências e contextos, trabalhando com dados não numéricos, como entrevistas, narrativas e observações. Trata-se de uma abordagem voltada para interpretar fenômenos em seus ambientes naturais, valorizando profundidade, flexibilidade e subjetividade (Marconi; Lakatos, 2017).

Já a pesquisa descritiva busca retratar com precisão características de determinado fenômeno, população ou situação, sem manipulação por parte do pesquisador. Ela se concentra em “descrever as características de determinada população ou fenômeno ou estabelecer relações entre variáveis” (Gil, 2010, p. 27), utilizando técnicas como questionários, observações e

levantamentos. Nessa perspectiva, a função principal é identificar e relatar aspectos da realidade para uma compreensão detalhada de “como é” o fenômeno estudado (Marconi; Lakatos, 2017).

A coleta de dados ocorreu a partir do uso das palavras-chave: “políticas educacionais”; “identidade afrodescendente”; e “diversidade étnico-racial”, na base de dados Scielo e em repositórios online de diferentes universidades. Para tanto, foram definidos como critérios de inclusão: publicações nos idiomas inglês, português ou espanhol; disponíveis na íntegra; que respondam ao objetivo desta pesquisa; e dispositivos legislativos brasileiros. Foram excluídos os achados duplicados em mais de uma base de dados, além de projetos e editoriais.

Após a busca e seleção, as publicações foram analisadas de forma qualitativa, evidenciando as informações convergentes e divergentes entre os autores, a fim de alcançar o objetivo do presente estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos foram analisados e categorizados em subtemas, de modo a possibilitar uma discussão geral, permitindo uma visualização ampla sobre as percepções dos autores pesquisados. De início, são tecidas considerações sobre racismo e identidade negra. Em seguida, são discutidas as políticas afirmativas que contribuem com a redução do racismo a partir da valorização da cultura da identidade afrodescendente. 3951

As relações raciais tornaram-se, nas últimas décadas, um dos temas mais debatidos nas ciências sociais e humanas. De acordo com Sant’Ana (2008), é importante lembrar que o racismo, tal como se apresenta hoje, é um fenômeno relativamente recente. Em períodos mais antigos, como na Idade Média, a discriminação não estava ancorada em diferenças raciais ou biológicas, mas em critérios religiosos, políticos e linguísticos, sendo comum a oposição entre “cristãos” e “muçulmanos” ou entre “fiéis” e “pagãos”. Esse dado histórico demonstra que a ideia de raça, enquanto marcador social de desigualdade, não sempre existiu na forma que conhecemos atualmente.

Para Munanga (2008), a noção de raça, inicialmente utilizada para classificar plantas, foi apropriada de maneira distorcida e aplicada à espécie humana, ganhando um caráter hierarquizante. Entretanto, para Cunha *et al.* (2024), essa categoria, longe de se sustentar em bases biológicas sólidas, deve ser entendida como uma construção social, produzida historicamente para legitimar desigualdades e sustentar processos de dominação, sobretudo no contexto colonial e pós-colonial.

O racismo constitui-se como um fenômeno estrutural, atravessando dimensões sociais, políticas e educacionais. De acordo com Almeida (2019, p. 23), “o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, manifestando-se por meio de práticas conscientes ou inconscientes que resultam em desvantagens para determinados grupos”.

Um primeiro aspecto a considerar é o racismo interpessoal, que ocorre no contato direto entre indivíduos, por meio de atitudes discriminatórias, ofensas, agressões verbais ou físicas, e negação de direitos básicos. De acordo com Almeida (2019), esse tipo de racismo é o mais visível socialmente, pois envolve condutas explícitas de preconceito e discriminação. Entretanto, mesmo sendo frequente, o racismo interpessoal não pode ser visto isoladamente, pois ele se apoia em representações históricas de inferiorização do negro e de privilégio da branquitude, reproduzindo desigualdades já enraizadas socialmente.

Outro nível fundamental é o racismo institucional, que se manifesta nas práticas e políticas de organizações, sejam elas públicas ou privadas. Segundo Silva *et al.* (2023), trata-se de um racismo menos visível, mas igualmente violento, porque se expressa em procedimentos e rotinas institucionais que restringem ou dificultam o acesso de grupos racializados a serviços, cargos de poder e condições de igualdade. Na saúde, por exemplo, Gonçalves (2023) demonstra como a ausência de políticas específicas para atender populações negras contribui para agravar indicadores de morbimortalidade, revelando um racismo que opera “por omissão” e naturaliza desigualdades.

3952

Por fim, há o racismo estrutural, conceito amplamente trabalhado por Zeifert, Wermuth e Matos (2024), que evidencia a forma como o racismo está entranhado na própria organização social, nas leis, na economia, na política e na cultura. Para esses autores, o racismo estrutural não é apenas a soma de atos individuais ou institucionais, mas um sistema que sustenta privilégios e exclusões de maneira sistemática e persistente. Nesse sentido, o racismo estrutural explica por que as desigualdades raciais se perpetuam ao longo das gerações, mesmo quando há avanços legislativos ou ações pontuais de combate à discriminação.

Nesse sentido, Gonçalves (2023) enfatiza que o racismo não pode ser reduzido a práticas interpessoais de hostilidade, mas deve ser analisado em sua dimensão estrutural, pois se manifesta de forma persistente nas políticas públicas, nas instituições e nas relações sociais cotidianas. A autora ressalta que a saúde, a educação e o mercado de trabalho são campos em

que o racismo estrutural se expressa de forma contundente, provocando desigualdades materiais e simbólicas que se acumulam ao longo do tempo.

Compreender essas diferentes dimensões do racismo é essencial para pensar estratégias de enfrentamento eficazes. Como apontam Cunha *et al.* (2024), é necessário intervir tanto nas práticas cotidianas quanto nas estruturas institucionais, de modo a desnaturalizar privilégios e corrigir desigualdades históricas. Nessa mesma linha, Gonçalves (2023) enfatiza que apenas políticas públicas robustas, combinadas com mudanças culturais e sociais, podem promover justiça racial e garantir que a noção de raça deixe de ser um marcador de exclusão e se torne apenas um conceito histórico a ser superado. Munanga (2005) reforça que o racismo brasileiro opera por meio de mecanismos de negação e invisibilização da cultura negra, perpetuando hierarquias sociais que se refletem no acesso à educação, ao trabalho e à cidadania plena.

No campo educacional, os efeitos desse racismo estrutural tornam-se ainda mais evidentes. Gomes, Silva e Brito (2021) destacam que a escola, ao reproduzir currículos eurocêntricos e práticas excludentes, pode reforçar estereótipos e inferiorizar a identidade negra, o que contribui para a manutenção das desigualdades raciais. Por outro lado, a educação antirracista se configura como espaço estratégico para a desconstrução desses padrões, possibilitando a valorização da identidade afrodescendente e a promoção da igualdade racial.

3953

Nesse sentido, compreender o racismo em sua dimensão estrutural é condição essencial para analisar criticamente as políticas públicas educacionais e sua capacidade de intervir na valorização da identidade afrodescendente.

A afirmação da identidade negra no Brasil ultrapassa a dimensão legal e formal, articulando-se a uma luta histórica pela afirmação da identidade afrodescendente e pela superação das estruturas racistas que sustentam as desigualdades sociais. A escravidão, vigente por mais de três séculos, não apenas desumanizou os negros, mas também os submeteu a uma condição de subordinação que se perpetua nas relações contemporâneas (Fernandes, 2007).

A identidade pode ser compreendida como um processo em constante transformação, que articula dimensões culturais, sociais, econômicas e históricas. De acordo com Bauman (2005), vivemos em uma era de “identidade líquida”, marcada pela fluidez e pela ausência de formas fixas e permanentes de pertencimento. Isso significa que os indivíduos constroem suas identidades em meio a contextos de mudança e instabilidade, o que pode gerar tanto possibilidades de reinvenção quanto sentimentos de insegurança e desorientação.

Quando se trata da identidade étnico-racial, no entanto, a dinâmica assume contornos específicos. Munanga (2005) lembra que a identidade negra no Brasil não se reduz a uma escolha individual ou subjetiva, mas resulta de um processo histórico coletivo, marcado por opressões, resistências e reconstruções culturais. A escravidão, vigente por mais de três séculos, não apenas desumanizou os africanos e seus descendentes, mas também instituiu uma estrutura social de subordinação que permanece em muitos aspectos da vida contemporânea (Fernandes, 2007). Esse legado explica a dificuldade em consolidar, no presente, uma identidade afrodescendente afirmada e respeitada.

A invisibilização e marginalização das culturas africanas no espaço social e educativo, somadas à negação do direito à autoidentificação, configuram formas de violência simbólica que alimentam o racismo estrutural. Almeida (2019) destaca que essa violência cotidiana busca reduzir a população negra à condição de inferioridade, naturalizando desigualdades históricas. Nesse sentido, como afirma Gomes (2003), a defesa do direito de ser negro implica não apenas acesso formal à cidadania, mas também o reconhecimento e valorização das culturas afro-brasileiras, de suas práticas religiosas, linguísticas e estéticas, elementos essenciais para a reconstrução da autoestima e da dignidade.

Para Milton Santos (1996/1997), compreender a identidade afrodescendente no Brasil também exige considerar a dimensão espacial e territorial. O autor enfatiza que o espaço é um produto social, e que a forma como os negros foram historicamente segregados, deslocados e marginalizados no território brasileiro expressa a materialidade do preconceito, considerando que no Brasil, a cidadania da população marginalizada é mutilada. 3954

Assim, a afirmação da identidade afrodescendente no Brasil ultrapassa a dimensão legal e formal, articulando-se a uma luta histórica contra estruturas racistas que sustentam desigualdades sociais. Esse processo exige tanto a valorização das culturas afro-brasileiras quanto o enfrentamento das práticas discriminatórias que insistem em negar à população negra o direito de ser sujeito de sua própria história. Trata-se de um movimento que, ao mesmo tempo, resgata a ancestralidade africana e projeta uma identidade renovada, capaz de resistir, reinventar-se e contribuir para a transformação social.

A invisibilização e marginalização das culturas africanas no espaço social e educativo, somadas à negação do direito à autoidentificação, configuram formas de violência simbólica que alimentam o racismo estrutural (Almeida, 2019). Nesse sentido, a defesa do direito de ser negro implica não apenas a garantia de acesso formal à cidadania, mas também a valorização das

culturas afro-brasileiras e o enfrentamento das práticas discriminatórias cotidianas que buscam relegar a população negra a uma posição de inferioridade (Gomes, 2003; Munanga, 2005). As políticas públicas educacionais afirmativas representam avanços significativos na valorização da identidade afrodescendente, mas ainda enfrentam desafios estruturais.

No Brasil, algumas leis, diretrizes e programas evidenciam esse esforço normativo: a Lei nº 10.639/2003 (Brasil, 2003), que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no ensino fundamental e médio; a Lei nº 11.645/2008 (Brasil, 2008), que ampliou esse escopo; e a Lei de Cotas - Lei nº 12.711/2012 (Brasil, 2012), que reserva vagas em instituições federais de ensino para estudantes negros, pardos, indígenas e oriundos de escola pública. Essas políticas afirmativas, combinadas a iniciativas de educação antirracista e à implementação do Estatuto da Igualdade Racial - Lei nº 12.288/2010 (Brasil, 2010), criam bases institucionais para a valorização da identidade afrodescendente. Contudo, sua efetividade depende não apenas da existência legal, mas do modo como são implementadas, avaliadas e vividas no cotidiano escolar (Gomes, 2002; Oliveira; Oliveira, 2023; Silva, 2009)

Pesquisas recentes têm analisado o impacto dessas políticas em termos de acesso, permanência e desempenho acadêmico de estudantes negros. Por exemplo, o estudo Políticas afirmativas: acesso ao ensino superior por estudantes negros no Brasil (Carolino; Ferreira Avelar; Teodósio, 2023) explora como estudantes cotistas percebem as ações afirmativas e os processos de heteroidentificação étnico-racial. Outro exemplo importante é o trabalho Políticas afirmativas e seus limites frente à branquitude no Ensino Superior elaborado por Nunes e Diniz (2023), que reflete criticamente sobre os desafios subjetivos e culturais inerentes à aplicação das normas de cotas e à transformação das práticas institucionais.

O impacto das Leis nº 10.639/2003 (Brasil, 2003) e nº 11.645/2008 (Brasil, 2008), por exemplo, tem sido limitado por lacunas na formação docente e pela ausência de materiais didáticos adequados. Como ressalta Munanga (2005), a lei, sozinha, não garante a mudança de mentalidade se não for acompanhada de práticas pedagógicas efetivas e de um compromisso político com a educação antirracista. Nesse sentido, constata-se que a mera existência normativa não assegura transformações concretas, sendo necessário investir em estratégias de implementação que ultrapassem a dimensão legal e alcancem o cotidiano escolar.

Outro aspecto que emerge é a relação entre a educação e o combate ao racismo estrutural. O racismo deve ser entendido como um fenômeno que estrutura instituições, e não apenas como práticas isoladas (Almeida, 2019), isso implica em reconhecer que a escola pode tanto reproduzir

desigualdades quanto atuar como um espaço de resistência. Gomes (2017, p. 6) reforça essa perspectiva ao afirmar que “a educação antirracista é um caminho para a construção de uma sociedade democrática, plural e justa.

Os efeitos das ações afirmativas extrapolam a dimensão educacional e alcançam a esfera social e cultural, favorecendo processos de mobilidade simbólica e de reconstrução das trajetórias familiares, como foi possível observar em um estudo elaborado por Santos (2023) que demonstrou que o ingresso de estudantes cotistas no ensino superior contribui para o fortalecimento da autoestima e para o reconhecimento da identidade afrodescendente, não apenas no espaço acadêmico, mas também em suas comunidades de origem. Dessa forma, percebe-se que a valorização da identidade negra não é um efeito colateral, mas um eixo central das políticas educacionais inclusivas.

Os dados de violência racial, como os apresentados pelo Atlas da Violência 2025 (Cerqueira *et al.*, 2025), colocam as políticas educacionais em um patamar ainda mais estratégico. Diante de um contexto em que jovens negros permanecem como principais vítimas da violência letal, a escola não pode ser compreendida apenas como espaço de transmissão de conhecimento, mas como território de proteção, resistência e afirmação identitária. Nessa perspectiva, as políticas públicas afirmativas assumem uma dimensão ética: não se trata apenas de incluir o negro no sistema educacional, mas de reconhecer sua humanidade e de criar condições para que sua existência seja valorizada em um país historicamente marcado pela exclusão racial.

3956

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões desenvolvidas ao longo deste estudo demonstram que as políticas públicas educacionais afirmativas constituem não apenas mecanismos legais de inclusão, mas verdadeiros dispositivos de reconstrução histórica e cultural. Elas possibilitam que a identidade afrodescendente seja reconhecida e valorizada em um país marcado por profundas desigualdades raciais. Contudo, a análise evidencia que tais políticas, embora fundamentais, ainda esbarram em barreiras estruturais que limitam seu alcance, especialmente quando não há uma prática pedagógica comprometida com a transformação social.

Observa-se que o impacto dessas ações vai além do acesso ao sistema de ensino: ele incide sobre o modo como sujeitos negros se percebem e são percebidos na sociedade. O fortalecimento da autoestima, do senso de pertencimento e do reconhecimento cultural revela que as políticas afirmativas atuam como instrumentos de ressignificação simbólica, contribuindo para a ruptura

de estigmas e para a construção de trajetórias de mobilidade social. Trata-se, portanto, de uma política que não se restringe ao campo educacional, mas que dialoga diretamente com processos de cidadania e justiça social.

Nesse sentido, torna-se evidente que a consolidação dessas políticas exige mais do que sua formalização legal. Requer acompanhamento sistemático, investimento contínuo e engajamento coletivo para que se transformem em práticas efetivas de combate às desigualdades. A valorização da identidade negra, nesse contexto, não deve ser vista como uma concessão, mas como um direito inalienável, cujo reconhecimento é fundamental para a construção de uma sociedade plural e democrática. O desafio que permanece é o de garantir que tais iniciativas avancem para além do papel e se convertam em transformações concretas, capazes de assegurar dignidade, pertencimento e igualdade real para a população afrodescendente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. de. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen, 2019.

BARCELLOS, L. F.; SOUZA, S. J. Políticas de ações afirmativas na educação e as contribuições da psicologia Sócio-histórico-cultural. Polis e Psique, UFRGS, Porto Alegre, 2023.

3957

BASTOS, N. M. G. B. Introdução à metodologia do trabalho acadêmico. 4 ed. Fortaleza: Nacional, 2007.

BAUMAN, Z. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

CAROLINO, A. R.; FERREIRA, C. A. A.; TEODÓSIO, A. dos S. de S. Políticas afirmativas: acesso ao ensino superior por estudantes negros no Brasil. Revista Ciências Administrativas, v. 29, 2023, p. 1-14.

CERQUEIRA, Daniel et al. Atlas da Violência 2025. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), 2025. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2025/05/atlas-violencia-2025.pdf>. Acesso em: 1 out. 2025.

CUNHA, R. de O. et al. Raça e racismo: aspectos conceituais, históricos e metodológicos para pesquisas antirracistas em saúde. Saúde e Sociedade, v. 33, n. 4, e230590pt, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/Hjzs78pPhd8SRrXHwQmwhYP/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 10 jan 2024.

FERNANDES, Florestan. O negro no mundo dos brancos. São Paulo: Global Editora, 2007.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisas. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, N. L. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. *Educação e pesquisa*, v. 29, n. 1, p. 167-182, 2003. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ep/article/view/27905>. Acesso em: 10 jan. 2025.

GOMES, N. L.; SILVA, P. V. B. da; BRITO, J. E. de. Ações afirmativas de promoção da igualdade racial na educação: lutas, conquistas e desafios. *Educação & Sociedade*, v. 42, p. e258226, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/3PyCNZ5FhDNjjchnPBGKhJw/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 03 jan. 2025.

GONÇALVES, M. M. Raça, racismo e saúde: políticas do negativo. Tese (Doutorado em Saúde Pública) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6143/tde-22022024-143253/publico/GoncalvesMM_DR_R.pdf. Acesso em: 03 jan. 2025.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MUNANGA, Kabengele (org.). Superando o racismo na escola. 2. ed. revista. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf. Acesso em: 06 set. 2025.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

3958

NUNES, Adelina Malvina Barbosa; DINIZ, Margareth. Políticas afirmativas e seus limites frente à branquitude no Ensino Superior. *Educação em Foco*, v. 25, n. 45, 2023.

OLIVEIRA, O. V. de; OLIVEIRA, A. F. A. de. Currículo, políticas de ações afirmativas e pedagogia antirracista: empoderamento de mulheres negras no ensino superior. *Revista Educação e Emancipação*, v. 16, n. 3, p. 152-173, 2023.

SANT'ANA, A. O. de. História e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados. In: MUNANGA, Kabengele. Superando o racismo na escola. Ed. 2. Brasília. LTDA 2008.

SANTOS, Milton. Cidadanias mutiladas. In: LERNER, Julio (Ed.). O preconceito. São Paulo: IMESP, 1996/1997, p. 133-144. Disponível em: https://professor.ufrgs.br/dagnino/files/as-cidadanias-mutiladas_miltonsantos1996-1997site-convertido.pdf. Acesso em: 08 out. 2025.

SANTOS, Valdeci Antonio dos. Políticas afirmativas de inclusão ao ensino superior no Brasil: da trajetória dos egressos ao entrecruzo da mobilidade social. 2023. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

SILVA, Izabel da. Políticas públicas em educação para negros: a implementação da Lei 10.639/03. 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba.

SILVA, D. F. L. da et al. Para além do Racismo Institucional? Uma análise do conteúdo da Política de Saúde para a População Negra. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. v. 28, n. 09, p. 2527-2535, set. 2023.

ZEIFERT, A. P. B.; WERMUTH, M. A. D.; MATOS, G. E. C. de. Racismo estrutural e desigualdade social no Brasil: possibilidades de enfrentamento a partir do cooperativismo. Revista Brasileira de Estudos Políticos, v. 129, 31 dez. 2024. Disponível em: <https://pos.direito.ufmg.br/rbep/index.php/rbep/article/view/1117>. Acesso em: 03 Jan. 2025.